



Estudos de Psicologia

ISSN: 1413-294X

revpsi@cchla.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Brasil

Mayorga, Cláudia

Pesquisar a juventude e sua relação com a política - Notas metodológicas

Estudos de Psicologia, vol. 18, núm. 2, abril-junio, 2013, pp. 343-350

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26128209021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas¹

Cláudia Mayorga

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Nos estudos acerca da juventude e ativismo político encontramos posições que ora qualificam essa experiência como apática e desconectada da política, ora como essencialmente predisposta à política. Discutimos as respostas dicotomizadas a essa questão – a não problematização da noção de política e da real possibilidade de os jovens serem compreendidos como atores políticos – bem como o privilégio de estudos de cunho quantitativo têm levado a reducionismos que impedem uma análise mais contundente das complexas dinâmicas psicosociais que marcam a aproximação entre juventude e política. Apresentamos algumas notas metodológicas sobre essas questões. Refletimos sobre elementos de uma concepção de ciência que podem orientar uma posição não reducionista sobre a relação juventude e política, sobre interpretação, saberes localizados e reflexividade necessários a essa perspectiva e sobre a dimensão política da pesquisa qualitativa. Apresentamos, ainda, aspectos metodológicos da pesquisa sobre juventude e participação política desenvolvida no Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Palavras-chave: juventude; política; metodologia; Brasil.

Abstract

Research on the youth and its relationship with politics - Methodological notes. In studies on the relationship between youth and political activism, we find positions that qualify this experience as apathetic and disconnected from politics or as essentially predisposed to politics. We discussed that dichotomized answers to this question, not questioning the concept of politics and the real possibility of young people being understood as political actors, as well as the privilege of quantitative studies have led to reductionism that prevent a more forceful about the complex psychosocial dynamics that mark the relationship between youth and politics. We present some methodological notes on these issues. We reflect on elements of a conception of science that can guide a non reductionist position on the relationship and youth policy; on interpretation, reflexivity and localized knowledge necessary for this perspective and on the political dimension of qualitative research. We also point out methodological aspects of research on youth and political participation developed in the Center of Political Psychology of Universidade Fderal de Minas Gerais, Brazil.

Keywords: youth; politics; methodology; Brazil.

Resumen

La investigación sobre los jóvenes y su relación con la política - Notas metodológicas. En los estudios acerca de la juventud y activismo político, por veces encontramos posiciones que califican esa experiencia como apática y desconectada con la política; por veces como esencialmente predisposta a la política. Discutimos las respuestas dicotómicas a tal problema – la no problematización de la noción de política y de la real posibilidad de que los jóvenes sean comprendidos como actores políticos – así como el privilegio de estudios más cualitativos que han collevado estudios reducionistas que dificultan un análisis más contundente de la compleja relación entre juventud y política. Presentamos en este artículo, algunas notas metodológicas acerca de esas cuestiones. Reflexionamos acerca de aspectos epistemológicos del quehacer científico que pueden orientar una perspectiva no reduccionista acerca de la relación entre juventud y política; interpretación; saberes localizados y reflexividad necesarios a tal perspectiva e también acerca de la dimensión política de la investigación cualitativa. Presentamos también, aspectos metodológicos de una investigación acerca de la relación entre juventud y política realizada por el Centro de Investigación en Psicología Política de la Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil.

Palabras clave: juventud; política; metodología; Brasil.

Pesquisar a relação entre juventude e participação política: Contexto e problemáticas

A relação entre juventude e política não é natural, o que fica evidenciado pelo debate controverso que vem sendo realizado tanto no Brasil quanto em outros países. Nesse debate, ora as experiências juvenis são analisadas como distantes, indiferentes e que demonstram uma certa apatia relacionada às questões da vida comum (Méndez, 1998; Stolle & Hughe, 2004; Welti, 2002, dentre outros), ora como experiências marcadas por originalidade, por ressignificação da esfera política e das formas de engajamento dos jovens nas questões públicas (Baugnet, 1996; Ferreira, 2005; Ion, 1996; Maheirie, 2002; Roudet, 2004). Na primeira perspectiva, estaria em evidência um certo desencantamento da juventude frente às atividades convencionais da política, o que levaria a um esvaziamento desses espaços e a uma crise da representatividade (Holloway, 2005; Putnam, 2000; Stolle & Hooghe, 2004, dentre outros). Na segunda perspectiva, seria pressuposta uma inovação no campo da política que consideraria o jovem um sujeito político portador do *novo*.

Essa problemática tem sido a justificativa para vários estudos de caráter mais descriptivo acerca da inserção dos jovens em uma série de ações políticas, sociais ou caracterizadas como ações cidadãs (Abramo & Branco, 2005; Kovacheva, 2005; Reguillo, 2003). Saber em quais espaços os jovens estão atuando e quais são seus interesses para essa inserção e engajamento, privilegiando o uso de metodologias quantitativas, tem sido a tônica de algumas dessas pesquisas. Sem desconsiderar a relevância dos estudos apontados, que revelam elementos importantes do contexto sobre o qual estamos refletindo, partimos do pressuposto que algumas questões centrais instauradas pela problemática da participação da juventude nas sociedades contemporâneas não têm sido consideradas ou têm sido abordadas de forma secundária. Isso porque nem sempre a ideia de política é muito clara em vários estudos, e as especificidades da juventude e sua relação com a vida pública não são problematizadas.

Uma das questões que tem sido secundarizada nos estudos sobre juventude e política se refere à reflexão acerca da possibilidade do jovem ser caracterizado como sujeito da ação política, já que a juventude é uma experiência marcada pela tensão entre público e privado, e que muitas vezes o reconhecimento da voz, da ação e da experiência juvenil se dá através de uma mediação, seja ela adulta ou institucional (Castro, 2007). A ausência dessa reflexão acaba não possibilitando identificar algumas especificidades do ativismo juvenil, e, ao final, processos tão distintos são colocados sob o *guarda-chuva* comum da *participação política*, o que traz, em nossa avaliação, alguns problemas para a compreensão do campo. O que diferencia ou aproxima os jovens do *hip-hop* que se organizam em torno das questões e da denúncia das desigualdades que marcam as periferias dos grandes centros urbanos e a inserção de jovens em projetos sociais que atuam pela perspectiva do *protagonismo juvenil* e incentivam os jovens a realizar ações em sua comunidade? Como se dão os processos a partir dos quais os jovens se vinculam a esses lugares? Da mesma forma, indagar sobre a relação que pode ser estabelecida entre juventude

e política dentro de instituições como a escola, o sindicato, os conselhos e em espaços não institucionais como os duelos de MC's ou as marchas em prol da legalização da maconha e da liberdade sexual das mulheres indica elementos que apontam para a heterogeneidade da experiência juvenil com a política e para a necessidade de compreensão da participação juvenil com foco na dinâmica dessa relação. Identificamos que muitas dessas experiências são compreendidas de forma demasiadamente rápida como experiências políticas ou, no outro extremo, a relação com a dimensão da política é facilmente descartada. Do que lançamos mão para nomear uma experiência de participação como política e qual o lugar/papel da juventude nessa dinâmica são perguntas necessárias nesse contexto.

Em 1963, a psicóloga social feminista Betty Friedan, em estudo realizado, identificou que as mulheres sofriam de um mal: *o problema que não tem nome* (Friedan, 1974/1963). Diante de algumas conquistas importantes para as mulheres, como o sufrágio e as reformas derivadas dessa conquista, a autora se perguntava por que a exclusão e a subalternidade das mulheres persistiam. Sua preocupação era entender por que as mulheres continuavam invisibilizadas na esfera pública, relegadas a cumprirem sua *natureza* na vida privada, porque violências continuavam a ser compreendidas como algo natural. O que a pesquisadora encontrou entre as mulheres, de forma muito recorrente, foi uma sensação de vazio, de ausência de um projeto próprio, uma sensação de viver sempre para o outro, colocando-se em segundo lugar. As mulheres diziam dessa sensação, mas não conseguiam nomeá-la. O feminismo, em seus diversos campos de conhecimento – filosofia, sociologia, ciência política, psicologia social, direito, movimento social etc. –, dedicou-se a nomear esse problema: patriarcado, sistema sexo-gênero, política sexual, sexismo, violência de gênero foram alguns desses *nomes* propostos para analisar a situação de exclusão, não autonomia e subalternidade vivenciada pelas mulheres, e que possibilitaram precisar, descrever e, consequentemente, criar estratégias públicas de enfrentamento a exclusões e a explorações das mulheres e criminalização das violências (Mayorga, Ziller, Magalhães, & Silva, 2010).

Diante da problemática colocada sobre a relação possível entre juventude e participação política, nos deparamos com um desafio semelhante: como *dar nomes* e analisar experiências que ora são cheias de sentido, como a ideia de que a juventude possui uma propensão quase natural para a política, ora ficam no campo das experiências invisibilizadas e desqualificadas, compreendidas como naturalmente distantes ou até mesmo ilegítimas em relação à política. Interessanos indagar por perspectivas que nos permitem analisar se e como o ativismo juvenil no contemporâneo tem efetivamente contribuído para a construção da esfera pública, interferindo na constituição da mesma, e, para tanto, precisamos delimitar como desenvolveremos aproximações de caráter acadêmico.

A problematização sobre o que se nomeia como político no ativismo e na ação dos jovens é necessária. Consideramos importante problematizar a partir de quais concepções de política, sociedade e democracia esse ativismo juvenil tem sido analisado, o que tem nos levado a desconstruir concepções

naturalizadas ou unívocas do que seria a participação política. Isso tem exigido que revisitemos e confrontemos os diversos sentidos da esfera do político, com foco na relação entre público e privado, nas relações de poder e nas hierarquias sociais, no conflito e no antagonismo e também nas formas de sociabilidade. A pergunta que daí deriva é o que se constitui como político na contemporaneidade e quais seus limites, impactos e visibilidade.

Pretendemos, neste artigo, apresentar alguns apontamentos metodológicos que podem ajudar na abordagem dessa problemática. Perguntamos-nos aqui a partir de qual perspectiva de ciência pode-se abordar a questão da relação entre juventude e política, já que o caminho metodológico a ser feito delimita as lentes com as quais vamos analisar e interagir com essa experiência, especialmente quando estamos identificando a necessidade de compreender a *dinâmica* da relação entre juventude e política, contexto no qual a pesquisa qualitativa ganha centralidade. Não temos nenhuma pretensão em responder a esses dilemas, mas apresentamos algumas notas metodológicas, reflexões às quais o exercício de pesquisar acerca da juventude e sua relação com a política nos levou. Os apontamentos a seguir não pretendem ser uma alternativa procedural à pesquisas de cunho quantitativo, mas contribuir com o aprofundamento de uma abordagem abrangente e interpretativa da realidade social, incluindo como elementos centrais os aspectos intersubjetivos das problemáticas sociais e políticas que marcam a experiência juvenil e a presença do/a investigador/a como condição de possibilidade para o conhecimento, o que faz com que tomemos, de forma radical, a ciência como prática social, e não exclusivamente como conjunto de procedimentos.

Notas metodológicas

Qual ciência para o estudo do ativismo político juvenil. A análise da relação entre juventude e política frequentemente parte de uma posição dicotômica, já que ora é tomada como apolítica ou como reinvenção do social: de um lado, os jovens são compreendidos como apáticos, sem interesse pela política, tomados pelos princípios do individualismo e do consumismo; de outro, suas experiências são analisadas como inovadoras em si, e os jovens são compreendidos como sujeitos da liberdade, da inovação, do arejamento, contribuição *típica* das novas gerações. Essa é uma armadilha teórica e política, uma vez que tal dicotomização pode ser impeditiva de uma análise do *processo* e da *complexidade* que marcam a relação entre juventude e política no contemporâneo. Dificilmente, ao abordar a questão dessa maneira, faz-se possível identificar as contradições que marcam a relação dos jovens com a política, os elementos presentes no processo de legitimação ou não das demandas, bandeiras e ações promovidas pela juventude, as estratégias que utilizam para que suas vozes sejam reconhecidas, bem como as armadilhas que os diversos atores do campo social em que estão inseridos lançam mão, por vezes, para unificar a posições dos jovens, evitando o conflito e incorporando, de forma muitas vezes superficial e retórica, suas demandas e experiências.

Ao compreender a relação da juventude com a política de forma dicotomizada, está presente, como pressuposto, certa concepção acerca da relação entre indivíduo e sociedade que deve ser analisada. Nessa perspectiva dicotômica, a

sociedade por vezes é compreendida como fruto, concepção, planejamento e criação de indivíduos isolados, ou como uma entidade orgânica supraindividual. Desse modo, ora a sociedade é compreendida como uma somatória de perspectivas, ações e posições individuais, ora não atribui-se aos indivíduos nenhum papel nas formações sócio-históricas. Como consequência, a dicotomia entre indivíduo e sociedade leva à compreensão do indivíduo como algo completamente isolado, e busca-se, dessa forma, elucidar a estrutura de suas funções psicológicas de modo independente da relação com as demais pessoas e o contexto. Pode-se, ainda, tentar compreender fenômenos psicológicos como a soma ou a média das manifestações psicológicas de muitos indivíduos. Nas pesquisas sobre juventudes, essas posições são frequentemente evidenciadas por estudos sobre os sujeitos, sem que o seu contexto e o seu campo social sejam mencionados, ou a partir de uma restrita análise sobre a influência do contexto na vida dos jovens, ou ainda, encontra-se uma análise do contexto social, das instituições e dos discursos em que o sujeito jovem é *eliminado*.

Indagar acerca da relação entre juventude e política exige a superação dessa perspectiva dicotomizada, pois tal indagação potencializa que o olhar dos pesquisadores esteja voltado à dinâmica e ao processo da relação entre juventude e política com foco nas *interações*, e não nas *partes*. Para Elias (1994), aqueles que defendem que “tudo depende do indivíduo” apresentam problemas em vincular os atos dos indivíduos às formações sociais, ao analisar o indivíduo isolado da sociedade. Por outro lado, aqueles que defendem que “tudo depende da sociedade” possuem dificuldades em relacionar as forças produtoras das formações sociais às ações dos indivíduos, ao pensar a sociedade como uma soma de indivíduos. Diante disso, o autor propõe que a análise social deve ser pensada em termos de relações e funções, e não pela dissecação do todo em pequenas unidades, considerando as relações entre as partes apenas secundariamente.

Se tomarmos o que foi dito como ponto de partida, a análise do processo e da dinâmica da participação política e do ativismo juvenil não poderia, a nosso ver, realizar-se baseada em uma perspectiva exclusivamente quantitativa. Mais uma vez reforçamos que tal escolha traz contribuições importantes sobre a realidade e experiência dos jovens, mas destacamos na introdução deste texto que o estudo de experiências não reconhecidas, invisibilizadas ou com apreensões muito totalizantes exige cuidado metodológico que, em nossa avaliação, seria parcialmente contemplado a partir de perspectivas quantitativistas. Não estamos baseando nossa análise na já problematizada dicotomia entre métodos *quanti* e *quali*, objeto de intensos e tensos diálogos no campo das ciências sociais e humanas há mais de três décadas. Primeiro porque entendemos que tal dicotomia é infrutífera e nos remete a elementos que, em grande medida, já foram superados no campo de estudos dessas ciências. Segundo, porque o que defendemos aqui é que para o problema que temos diante de nós – a dinâmica da relação entre juventude e ativismo político – abordar o mesmo a partir de uma perspectiva exclusivamente quantitativa, aparece como um problema.

Sabe-se que diferentes formas de pesquisa qualitativa foram implementadas e legitimadas dentro da sociologia e

da antropologia, bem como na psicologia social, na história e na ciência política. Tais formas vão desde os métodos mais clássicos, como a observação participante e entrevistas em profundidade, até os grupos de discussão, histórias de vida e história oral, análise do discurso e autoetnografia (Fernández Druett, 2006). Dentro do amplo escopo da pesquisa qualitativa, destacamos as pesquisas de cunho participativo. Essa perspectiva tem sido analisada e debatida na academia com a presença de posições bastante controversas. Se, por um lado, encontramos pesquisadores que não vêm considerá-la como uma metodologia legítima para o fazer científico, encontramos também posições que identificam, na sua dimensão qualitativa e participativa, a possibilidade de um fazer científico crítico (Mayorga & Nascimento, 2009). Essa afirmação apresenta dificuldades, pois a definição de um pensamento crítico ou não crítico exige inclusão de outros elementos no debate epistemológico que não abordaremos neste texto, mas vale ressaltar que, entre esses dois extremos apontados, muitas perspectivas podem ser identificadas.

Se nos anos 1960/1970, em diversos países da América Latina, a pesquisa qualitativa se desenvolveu com especial interesse em recuperar as vozes de sujeitos e atores sociais marginalizados socialmente e/ou politicamente em contextos marcados por fortes regimes ditatoriais, foi nos anos 1980, com as aberturas democráticas, que a pesquisa qualitativa se institucionalizou em universidades e agências governamentais, e o foco passou a ser a realização de diagnósticos de problemas sociais e a elaboração de políticas públicas. Segundo Salazar (1999), essa mudança de foco resultou na neutralização dessas vozes antes identificadas como marginalizadas e com grande potencial antagonista proporcionado por sua abordagem como simples *dados*, deixando distante a possibilidade de lançar luz sobre o conflito social. O destino das informações geradas, de acordo com Canales (1995), deixou de ser os indivíduos que as produziram, mas o cliente, o mercado, o estado, a ciência ou qualquer outra instituição interessada nessas vozes. Essa mudança tem como consequência, a imobilização os sujeitos no lugar de objetos de estudo com escassa possibilidade de o conhecimento produzido ter algum retorno para os mesmos. No Brasil, o campo de estudos sobre juventude será marcado por esse mesmo movimento. Nos anos 2000, a emergência de um campo de políticas públicas de juventude acabou pautando pesquisas e intervenções na interface entre juventude e participação, constituindo o que Tommasi (2010) vai chamar de *juventude como campo de intervenção*. Juventude como um campo de teorização e de intervenção social tem se tornado cada vez mais objeto de disputa em um contexto que envolve um crescente investimento de agências de pesquisa, entidades internacionais e do poder público, levando ao ajustamento e à regulação das experiências juvenis nesse campo de intervenção social, lidos, frequentemente, como espaços de participação e cidadania juvenil. A ciência não está fora desse campo de disputas, já que são frequentemente solicitadas a dizer sobre a juventude. Em outras palavras, proliferam-se políticas públicas juvenis que, paradoxalmente, visam garantir aos jovens os direitos sociais e, por outro lado, regulá-los e formatá-los para atuarem em um sistema social específico, mantendo o *status quo* inalterado

(Donato, Júnior, Martins, Mayorga, & Prado, 2012). É sabido que a importância da produção científica não pode ser analisada a partir de uma única perspectiva como o das políticas públicas, mas como discutirá Tommasi (2010), há alguns anos a relação entre juventude e políticas públicas tem gerado problemas políticos e acadêmicos que indicam que tal aproximação tem se dado com uma insistência preocupante.

Contudo, tem havido um esforço de diversas disciplinas em manter o foco crítico da pesquisa qualitativa. Com base nas intensas críticas à ciência, com especial atenção aos seus efeitos de poder, e na contundente desconstrução dos pilares do pensamento moderno hegemônico que colocou a própria produção do conhecimento como objeto de interpelação e reflexão, alguns caminhos têm sido delineados, não sem contradições e tensões.

Consideramos, como argumentado anteriormente, que as problemáticas identificadas na relação entre juventude e política apontam para a importância de uma constante releitura acerca do lugar das perspectivas qualitativas na compreensão/problematização/transformação dessa realidade. Para a realização desse movimento, faz-se necessária a construção e reconstrução contínuas do olhar sobre os sujeitos, sobre a sociedade, sobre a relação sujeito-sociedade que busque romper com os reducionismos e individualismos que marcam as sociedades contemporâneas.

Interpretação, saberes localizados e reflexividade. A dicotomia fundamental da modernidade, que alude à cisão entre sujeito e sociedade, compreendidos como radicalmente separados, produziu e reproduziu a ideia de que um conhecimento verdadeiro e legítimo só pode se concretizar com a ausência, afastamento, distanciamento entre *aqueles que conhecem* e *aqueles que são conhecidos*. A legitimidade do saber científico se construiu, em grande medida, por essa característica – é um saber que, através de um método apropriado, pode alcançar a verdade sobre a realidade, sem a interferência das experiências cotidianas, dos sentidos, dos saberes do senso comum etc., que devem, consequentemente, ser eliminados e evitados. Assim, pelo princípio da neutralidade, não é aceitável a identificação do lugar de fala, produção e poder da produção científica, pois o método é compreendido como um mediador entre o investigador e os sujeitos estudados, permitindo a produção de um tipo de informação padronizada, caracterizando a despersonalização da aplicação de instrumentos na investigação tradicional.

As críticas à neutralidade em ciência vão problematizar essa perspectiva, apontando que tal posição não existe e consiste na não identificação e no não reconhecimento dos lugares de poder onde os saberes são produzidos e difundidos, através da instituição de um *tribunal das razões* de onde se poderia julgar e pensar acima de todas as coisas (Rorty, 1979). A consequência de tal postura se refere à não responsabilização de quem produz o conhecimento sobre as verdades que institui, já que o princípio da neutralidade garantiria um olhar a partir de lugar nenhum (Haraway, 1995). Assim, na pesquisa qualitativa (e não exclusivamente), que tomamos aqui como ponto central em nosso argumento, é fundamental que o pesquisador se tome como objeto de reflexão contínua, que reconheça a si mesmo e a produção do conhecimento científico como parte

da sociedade, e não como sua antítese ou oposição, marcando, portanto, um movimento de contínua reflexividade, com intuito de analisar atravessamentos e efeitos de poder, históricos e ideológicos, que marcam seus lugares de fala e de posição diante da sociedade. Essa reflexividade consiste em analisar as formas como o conhecimento tem sido produzido, a dinâmica acadêmico-institucional que marca as condições de produção do conhecimento, lógicas e critérios que autorizam e reconhecem a fala de alguns e não de outros, no sentido de retirar também do âmbito da neutralidade o princípio da meritocracia. Quem pode falar e/ou participar é uma pergunta fundamental para o campo de estudos sobre juventude e política e aponta para a importância dos estudos sobre legitimidade e política.

Que a ciência se tome como objeto de sua própria reflexão, saindo, portanto, desse lugar da neutralidade que lhe foi atribuída, é algo que possui outras consequências. A principal delas se refere à negação do que Santos (2004) vai denominar de monocultura do saber. Negar a neutralidade significa, em grande medida, recusar que exista um pensamento único acerca da realidade, das relações sociais, pensamento este que se autonomeie como mais desenvolvido, superior, eficaz e produtivo e defina outros saberes e outras vozes como atrasadas, improdutivas, inferiores, primitivas. Negar a neutralidade e efetivamente exercer a reflexividade pode significar o reconhecimento das contingências históricas que determinaram tal princípio e também o reconhecimento da pluralidade de vozes que manifestam que a ciência, seu ensino, produção e difusão constituem um campo de perspectivas plurais, muitas vezes em disputa, problematizando, dessa maneira, pseudoconsensos que se caracterizam muito mais como silenciamentos ou neutralizações de conflitos que marcam os espaços de produção do conhecimento. Recusar o lugar da *neutralidade* e colocar em prática a *reflexividade* são princípios epistemológicos que podem contribuir com as análises das complexidades que marcam a relação entre juventude e política.

Assim, em oposição à ideia da objetividade e da neutralidade do conhecimento, pesquisa qualitativa possibilita a retomada da ideia de reflexividade (Hammersley & Atkinson, 1994; Ibañez, 1994; Parker, 2004). Ao assumir que a pesquisa é um processo situado que produz conhecimento ancorado a uma posição particular, torna-se necessário explicar as condições que o lugar do pesquisador impõe à investigação. Reflexividade implica que as orientações de investigadores podem adquirir forma através da sua localização sócio-histórica, incluindo os valores e interesses que essa localização confere sobre eles (Hammersley & Atkinson, 1994). Isso implica que a pesquisa é sempre um processo interpretativo que exige tornar visível as condições que levaram a determinadas interpretações e não a outras.

Mas a reflexividade não se refere apenas a analisar criticamente o lugar do investigador e como essa posição restringe e ao mesmo tempo permite seu olhar. A reflexividade implica também avaliar os efeitos da pesquisa sobre a realidade social, já que uma pesquisa sempre resulta em algo para a sociedade, estando os investigadores conscientes disso ou não. Logo, na medida em que a investigação tem consequências políticas e práticas que nunca são neutras, a posição da reflexividade obriga o pesquisador a assumir a responsabilidade pelos compromissos que orientam o seu trabalho (Ibañez, 1994).

Fundamentada nas discussões acerca da reflexividade, a pesquisa qualitativa não deve ser entendida como uma tentativa de refletir a realidade nos termos mais objetivos possíveis, mas como a produção de um conjunto de interpretações que procura tornar inteligível um fenômeno. Nesse sentido, distanciamos da pretensão de ter acesso à realidade mesma, a fim de colocar o investigador e suas interpretações como os eixos da investigação. O caráter interpretativo da investigação implica que deveria distanciar-se do estilo positivista, em terceira pessoa, escrito com base em qualquer lugar e por ninguém, como se a realidade desse conta de si mesmo. À medida que se abandona a *ilusão representacionista*, a fim de ter a investigação como uma construção discursiva que propõe uma interpretação particular da realidade social em estudo, nos encontramos obrigados, como pesquisadores, a assumir a responsabilidade para essa construção. Nas palavras de Fernández (1994), devemos tentar propor ao leitor uma versão da realidade em estudo, sem as pretensões de certeza, apenas com aspirações a verossimilhança argumentativa.

Partindo desse ponto de vista, o que se faz é a construção de uma narrativa através da qual o pesquisador elabora um texto abrangente dos fenômenos dos quais ele procura dar conta. Para Alonso (1998), nenhuma ação ou evento tem um significado independente de quem observa e o seleciona, e, por isso, os elementos determinantes do significado de uma ação requerem participação fundamental do pesquisador para a construção inteligível. Na medida em que a realidade e seus fenômenos são dinâmicos, a contabilidade exige um caráter narrativo cujo eixo não é a realidade em si (ou, pelo menos, não em um sentido naturalista), mas a argumentação acerca da versão que é apresentada. Na construção de qualquer narrativa:

The form in which the text is subdivided, the terms selected, the titles chosen, the metaphors developed, the tone with which critiques are made, the examples added, the linguistic and scientific transgressions that are allowed, and so on, appear to add nothing to the content of the message; however, taken as a whole – reservedly, between the lines, without warning – they form a series of unspoken images, not put into words, not objectively present in the discourse, in the interlocutor (interpreter of texts) (Fernández, 1994, p. 289)

Um ponto importante nesse contexto está no que Geertz (1989) chama de problemática do autor. Essa problemática situa o texto etnográfico na tensão entre “as coisas relacionadas como estão” (ausência do autor) ou apenas “como queremos vê-los” (saturação da presença do autor). Nessa tensão, a primeira posição pode provocar, segundo Geertz (1989), acusações de insensibilidade, de tratar as pessoas como objeto e, claro, de etnocentrismo. Já na segunda as acusações se dirigem ao impressionismo exagerado, de que as pessoas são tratadas como marionetes, o pesquisador “escuta uma música que não existe” e também acaba sendo etnocêntrico. Assim, na medida em que abandonamos a ilusão representacionista da pesquisa qualitativa e passamos a trabalhar com a ideia de uma construção discursiva que busca persuadir através de evocação, encontramo-nos obrigados como pesquisadores/autores a assumir a responsabilidade para essa construção.

A dimensão política da pesquisa qualitativa. Ao destacarmos alguns elementos metodológicos que consideramos relevantes para o estudo de problemáticas sociais diversas e, de forma específica, da problemática da juventude e sua relação com a política, não deixamos de considerar algumas implicações políticas desses posicionamentos, e, nesta seção, damos atenção a uma delas.

Baseamo-nos na ideia, como discutido anteriormente, de que sujeito e sociedade não estão em uma relação dicotômica, são mutuamente constitutivos, e, para termos uma compreensão que não seja reducionista, faz-se necessário incluir a análise da dinâmica dessa relação nos estudos sobre juventude e política, objeto de nossa reflexão neste texto. Uma das consequências dessa posição se refere ao *descentramento do sujeito do conhecimento*, definido pela ciência moderna, a partir do questionamento da preeminência desse sujeito que conhece, descreve, analisa, controla e prevê a realidade, caracterizando sua autonomia absoluta em relação à natureza e à sociedade (Mayorga et.al, 2010).

Nesse sentido, podemos localizar dois pontos principais, no que se refere ao descentramento do sujeito: o primeiro deles parte da crítica realizada, com maior expressão, a partir do que se chamou de giro linguístico e que teve Wittgenstein (1953) como um pensador expressivo. O segundo ponto diz respeito à emergência de diversos atores sociais que vão reivindicar a legitimidade de suas vozes no que se refere ao debate acerca da democratização da sociedade (Dagnino & Escobar, 2000).

O giro linguístico possibilitou, com desdobramentos diversos, o deslocamento dos sentidos e significados produzidos no fazer científico do campo dos essencialismos e realismos para o campo das *práticas sociais*, mediadas pela *linguagem* e pela *interação* entre diversos atores sociais. Dessa forma, se a ciência é compreendida como prática social, o sujeito centrado, que marca a ciência moderna hegemônica, perde seu lugar de primazia e exige de nós a inclusão da *história* e do *contexto* como dimensões importantes para compreensão do que é a ciência. Também a emergência de novos atores sociais, como mulheres, negros/as, trabalhadores/as, LGBTs, jovens etc., vai tensionar a ideia de sujeito único elogiado pela modernidade, já que a neutralização e a eliminação da pluralidade de experiências serão negadas, ou transformarão tal pluralidade em desvio, patologia, irracionalidade, subalternidades. As mulheres, os/as negros/as, os/as homossexuais e também os/as jovens vão denunciar a não neutralidade da ideia de um sujeito centrado e farão isso pela reivindicação de reconhecimento de suas experiências, conhecimentos produzidos e vozes como legítimos para participação na vida pública.

Tal descentramento e suas consequências se associam à necessidade de uma revisão radical, em termos epistemológicos, sobre a relação sujeito-objeto no processo do conhecimento (Ranci, 2005), amplamente desenvolvida em meados do século XX e que retomamos aqui. Na perspectiva moderna em ciência, esses atores sociais ocuparão o lugar de objetos e, portanto, de passividade na relação com quem conhece. Cabe ao cientista o lugar da organização e sistematização de forma estática, dos aspectos regulares do objeto de estudo através de sua construção quantitativa, buscando principalmente no *número* os critérios

de identidade para as respostas produzidas, na expectativa de que possibilitem melhor comparação dos sujeitos estudados. Contudo, o processo de descentramento analisado acima e nossa vontade de contribuir com a construção de relações menos autoritárias e prescritivas (Fals Borda, 1983) em relação às realidades investigadas não permitem que tal modelo seja simplesmente reproduzido. Durante o trabalho com jovens e coletivos juvenis, faz-se importante construir relações em que o reconhecimento dos jovens como atores e potencialmente autores de suas realidades, produtores de saberes diversos seja um ponto de partida epistemológico e também político. Isso porque tais atores não estão passivos diante de nós: interferem no conhecimento que produzimos acerca deles, interpelam nossas teorias e metodologias, e isso faz com que a relação entre pesquisadores e atores sociais se torne objeto prioritário de nossas reflexões. Assim, recusar o lugar central dos acadêmicos como sujeitos do conhecimento, admitindo que a incompletude dos nossos saberes e o reconhecimento da legitimidade de outros saberes são movimentos que marcam lugares epistemológicos distintos no debate acerca do ativismo político juvenil. Reconhecer os jovens como atores, e não objetos de processos de construção do conhecimento, tem consequências políticas relevantes, especialmente quando se tratam de experiências invisibilizadas e não legitimadas socialmente.

Juventude e participação política: Aspectos metodológicos da pesquisa do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa sobre juventude e participação política foi desenvolvida por pesquisadores do Núcleo de Psicologia Política, nos anos de 2010 e 2011, como parte da pesquisa nacional intitulada “Juventude e Participação Social: Subjetividade, Cultura, Política e Direitos” (CNPq) e que envolveu pesquisadores de cinco núcleos de pesquisa em estados distintos do Brasil. A pesquisa visou mapear, compreender e delinear um panorama de âmbito nacional das formas de participação social e política juvenil no Brasil contemporâneo, e optou-se por trabalhar com quatro eixos analíticos para articular os trabalhos locais. Foram eles: a questão da “resistência” – buscamos compreender de que modo as formas de participação juvenil estabelecem conflitos, oposições e antagonismos com a ordem social vigente; a questão da “formação de coletivos” – buscamos compreender de que modo as formas de participação juvenil se encaminham para a coletivização das formas de ação, para a articulação e as alianças com outros atores sociais e para a superação de posições individuais e “autônomas”; a questão dos “valores” – buscamos compreender de que modo as formas de participação juvenil re-definem e re-significam o “mundo comum”, desenhando outras sensibilidades, tendo em vista projetos de transformação social.

O grupo local do Núcleo de Psicologia Política, ao discutir esses eixos optou por trabalhar com três eixos, englobando, portanto, o eixo *a questão do sujeito* e *a questão dos valores* no mesmo eixo analítico, sendo renomeado para *eixo sujeito*. Essa fusão se deveu a uma compreensão de que o modo como as formas da participação juvenil redefinem o bem comum está diretamente implicado em como essas formas constituem a transformação de si-mesmo, sendo, portanto, experiências dialetizantes da própria mudança na cultura e na sociedade.

O eixo que se refere à *questão da formação de coletivos*, que expressa as formas de passagem das ações individuais para as ações coletivas e suas articulações com outros atores, foi por nós interpretado como sendo a constituição de identidades coletivas no âmbito das ações coletivas. Assim, tentamos redefini-lo com base no debate sobre a formação de identidades coletivas no âmbito das ações ativistas, tendo como referência os processos psicosociais de constituição de um “nós”.

Por fim, no eixo expresso a *questão da resistência*, que intenciona compreender as formas de embate com a ordem estabelecida, escolhemos o debate sobre a política e o político, já que nos interessava compreender a dinâmica da emergência ou neutralização do político que os jovens têm vivenciado na relação com atores sociais diversos.

Assim, elegemos um percurso através do qual três dimensões da organização e participação política serviram de lentes analíticas para nosso estudo: as questões do sujeito e do seu envolvimento nas ações políticas; a questão da dinâmica da identidade coletiva; e também a dinâmica da política instaurada pelas posições e ações dos coletivos em questão.

Para refletir sobre essas questões e enfrentar o problema que esse projeto abarca, elegemos três coletivos juvenis que atuam na cidade de Belo Horizonte ou em outras cidades do estado de Minas Gerais, cuja breve caracterização destacamos abaixo:

1) Coletivo Nós Pega e Faz – formado por jovens negros/as do movimento *hip-hop* que se aglutinam em torno de práticas culturais considerando a importância da visibilidade das experiências de jovens negros moradores de aglomerados e favelas com base em denúncias de situações de racismo, de violência e de discriminação que os mesmos sofrem, de valorização de uma cultura vivida e produzida nas periferias e da necessidade de construir soluções coletivas para problemas das suas comunidades;

2) Jovens participantes da Comissão Estadual de Juventude da FETAEMG – que possui a atribuição de estar atenta às questões juvenis, capacitar a juventude, integrá-la no sindicato e elaborar planos de ação. Composta por jovens rurais que participam de diferentes movimentos sociais agrários e se articulam com a experiência do movimento de pequenos agricultores.

3) GUDDS! (Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual) – grupo de estudantes universitários participantes do movimento LGBT na Universidade Federal de Minas Gerais que realiza ações e enfrentamentos às diversas formas de opressão no cotidiano das universidades e que vem atuando no combate ao preconceito, na desconstrução das heteronormatividades e na formação da consciência cidadã.

A escolha desses grupos se justificou pelos aspectos da sua história, organização e ação em espaços sociais mais ou menos institucionalizados, em que as questões de geração se articulam com outros pertencimentos sociais (classe, gênero, orientação sexual, raça e território), o que nos coloca importantes problemas para a compreensão do político nas sociedades contemporâneas.

Como métodos, utilizamos principalmente instrumentos que nos permitiram apreender a dimensão mais qualitativa da dinâmica de interação dos jovens nos grupos. Nos interessou analisar as contradições desses coletivos, as tensões vividas nos seus encontros com a esfera institucional mais dura, as

porosidades que construíram ao se depararem com essa dureza. Atentos ao histórico de constituição dos grupos, à dinâmica de relações e ações internas dos mesmos, à dinâmica de relação externa com aliados, adversários, instituições diversas, optamos por: observação participante em reuniões e em eventos diversos dos grupos, entrevistas semiestruturadas com representantes, grupos de discussão com participantes dos coletivos, análise documental de atas de reuniões, material institucional, produções artístico-culturais, conteúdo dos grupos na internet etc. Para as análises, fizemos encontros coletivos da equipe onde refletímos acerca das experiências dos grupos relacionando-as entre si e com a teoria. Além disso, a constante reflexividade – tanto no que se refere à posição dos pesquisadores quanto às consequências do conhecimento que fomos construindo, ao longo da pesquisa, para o campo de estudos da juventude, da política e de questões da sociedade contemporânea – foi exercício importante para o processo da pesquisa como um todo.

Os resultados dessa pesquisa estão disponíveis em publicação que reuniu as produções dos outros núcleos de pesquisa que participaram desse debate (Mayorga, Rabello, & Prado, 2012). O que destacamos aqui é que a heterogeneidade do campo propositalmente definida pela equipe de pesquisa revelou a necessidade de pensar de forma detida, nas consequências metodológicas do estudo da dinâmica e do processo do ativismo político juvenil - o que se espera de toda pesquisa - associada à problematização acerca da dimensão da política e da juventude no contexto contemporâneo. Nesse sentido, o debate sobre as consequências do uso de perspectivas quantitativas e qualitativas para abordagem desse problema, exige o deslocamento em relação à reducionista cisão entre *quanti versus quali*.

Considerações finais

Pesquisar experiências invizibilizadas e, muitas vezes, desqualificadas é um grande desafio para a pesquisa social. Ao explicitar e dialogar com realidades e experiências, muitas vezes não reconhecidas ou reconhecidas de forma subalterna, e duvidar e indagar as lógicas de naturalização das concepções acerca da relação entre juventude e política, é importante estar aberto para repensar caminhos distintos. O horizonte de uma sociedade e uma ciência que recusam os eixos de exclusão e opressão e as perspectivas individualizantes para se pensar a sociedade nos acompanharam durante a pesquisa e consistem em um constante movimento que se configura a cada empreitada investigativa. O *como* conhecer a relação entre juventude e política não está dado e nos interessava não abrir mão de uma ciência que interroga continuamente acerca de qual projeto de sociedade participa e quer participar. Buscamos traduzir essa postura em nossas escolhas metodológicas, sem desconsiderar sua relação constitutiva com a dimensão política, já que a ciência é, sobretudo, uma prática social e é constituída pela mesma sociedade que pretende conhecer e transformar.

Referências

Alonso, L. E. (1998). *La mirada cualitativa en sociología*. Madrid: Editorial Fundamentos. Colección Ciencia.

Bauguet, L. (1996). Participation associative et rapport au politique: l'engagement social des jeunes. In B. Roudet (Org.), *Des jeunes et des associations* (pp. 37-52). Paris: L'Harmattan.

Canales, M. (1995). Implicancias teórico-epistemológicas de la metodología cualitativa. In J. Alfaro, A. Alvarez & A. Espinosa (Orgs.), *Metodología cualitativa e intervención psicosocial* (pp. 5-9). Santiago de Chile: Universidad Diego Portales.

Castro, L. R. (2007). A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Revista Psicología Política*, 5, 14.

Dagnino, E., & Escobar, A. (Orgs.) (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG.

Donato, C. R.; Júnior, P. R.; Martins, V.; Mayorga, C., & Prado, M. A. M. (2012). A reflexividade em torno de si e do mundo na atuação de jovens hip hoppers. In: C. Mayorga; L. R. Castro & M. A. M. Prado. (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (1^a ed., pp. 201-236). Rio de Janeiro: Contracapa.

Elias, N. (1994). *Asociedade dos individuos* (M. Schroter, Org., V. Ribeiro, Trad., R. J. Ribeiro, Rev.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fals Borda, O. (1983). Aspectos teóricos da pesquisa-participante. In C. Brandão (Org.), *Pesquisa-participante*. São Paulo: Brasiliense.

Fernández Drogue, R. (2007). Qualitative research and critical social Psychology in Chile Today: Situated Knowledge and Political Action. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 7(4). Recuperado de <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0604380>

Fernández, P. (1994). *La psicología colectiva, un fin de siglo más tarde*. Barcelona: Anthropos-Colegio de Michoacán.

Ferreira, P. M. (2005). Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In L. R. Castro & J. Correa (Orgs.), *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais* (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Nau/Faperj.

Friedan, B. (1974). *La mística de la feminidad*. Madrid: Ed. Júcar (Obra original publicada em 1963)

Geertz, C. (1989). *El antropólogo como autor*. Barcelona: Editorial Paidós.

Hammersley, M., & Atkinson, P. (1994). *Etnografía: Métodos de investigación*. Barcelona: Paidós.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), pp. 07-41.

Holloway, J. (2005) *Change the world without taking power*. Londres: Pluto.

Ibáñez, T. (1994). *Psicología social construccionista*. Jalisco: Universidad de Guadalajara.

Ion, J. (1996). Groupements associatifs et modèles d'engagement. In B. Roudet (Org.), *Des jeunes et des association* (pp. 53-64). Paris: L'Harmattan.

Kovacheva, S. (2005). Will youth rejuvenate the patterns of political participation? In J. Forbrig (Org.), *Revisiting youth political participation* (pp. 19-28). Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Maheiré, K. (2002). Música popular, estilo estético e identidade coletiva. *Revista Psicología Política*, São Paulo, 2(3), pp. 39-54.

Mayorga, C., & Nascimento, R. (2009). Dinâmicas da transformação social: Reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. In: C. Mayorga; E.P. Rasera & M. Pereira (Orgs.), *Psicología Social: sobre desigualdades e enfrentamentos* (1^a ed., pp. 163-182). Curitiba/PR: Juruá.

Mayorga, C.; Rabello, L., & Prado, M.A.M. (Org.) (2012). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra-capa.

Mayorga, C; Ziller, J.; Magalhães, M., & Silva, S. (2010). O problema que não tem nome: Metodologia para o estudo das desigualdades. In: C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade* (1^aed., pp. 151-180). Belo Horizonte: UFMG.

Méndez, E. (1998). *Infância e adolescência na América Latina*. São Paulo: Hucitec.

Parker, I. (2004). Investigación cualitativa. In P. Banister, E. Burman, I. Parker, M. Taylor & C. Tindall (Orgs.), *Métodos cualitativos en psicología* (pp. 13-31). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.

Putnam, R. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Nova Iorque: Simon and Schuster.

Ranci, C. (2005). Relações difíceis – a interação entre pesquisadores e atores sociais. In A. Melucci (Org.), *Por uma sociologia reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura* (pp. 43-66). Petrópolis: Vozes.

Reguillo, R. (2003). Cascadas: agotamiento estructural y crisis del relato. Pensando la “participación” juvenil. In J. A. P. Islas, M. V. González, M. Gauthier & P. L. Gravel (Orgs.), *Nuevas miradas sobre los jóvenes. México y Québec* (pp. 97-106). México: Instituto Mexicano de la Juventud.

Rorty, R. (1979). *The Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press.

Roudet, B. (2004). Entre responsabilisation et individualisation: Les évolutions de l'engagement associatif. *Lien Social et Politiques* 51, 197-210.

Salazar, G. (1999). Ciudadanía e historia oral: Vida, muerte y resurrección. *Revista Proposiciones Historias y relatos de vida: Investigación y práctica en las ciencias sociales*, 29, 198-211.

Santos, B. S. (Org.) (2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre a ciência” revisitado*. São Paulo: Cortez.

Stolle, D., & Hooghe, M. (2004). Review article: Inaccurate, exceptional, one-sided or irrelevant? The debate about the alleged decline of social capital and civic engagement in western societies. *British Journal of Political Science*, 35, 149-167.

Tommasi, L. (2010). “Juventude em pauta”: A juventude como campo de intervenção social. (Projeto de Pesquisa). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Welti, C. (2002). Adolescents in Latin America: Facing the future with skepticism. In B. B. Bradford, R. W. Larson & T. S. Saraswathi (Orgs.), *The world's youth: adolescence in eight regions of the globe* (pp. 276-306). Cambridge: Cambridge University Press.

Wittgenstein, L. (1953). *Investigações filosóficas*. In Coleção os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Nota

1. Agradecemos o financiamento do CNPq, FAPEMIG e Proext/Mec/Sesu.

Cláudia Mayorga, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri, é professora adjunta do departamento e do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Av. Antônio Carlos, 6.627 - Caixa Postal N^o 253, CEP: 31270-901 - Belo Horizonte - MG. Tel/Fax: (31) 3499-5042 Email: mayorga.psoc@gmail.com